

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.486.763 - RJ (2019/0105820-7)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : **GUERINO MACANHAN FILHO**
ADVOGADOS : **LEONARDO LOBO DE ALMEIDA - RJ072923**
 ANNA CAROLINA RODRIGUES CAMPELLO DE FREITAS
 PENALBER - RJ114095
 PABLO MORAES DA SILVA E OUTRO(S) - RJ222596
AGRAVADO : **FAZENDA NACIONAL**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por GUERINO MACANHAN FILHO, com fundamento na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E VEDAÇÃO DO EXCESSO. PRECEDENTES DO STJ. CONDENAÇÃO DA UNIÃO AO REEMBOLSO DAS CUSTAS JUDICIAIS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.

1. Cuida-se de apelação interposta em face de sentença que extinguiu o feito sem julgamento do mérito, em razão da perda de objeto, ante a solução da demanda na esfera administrativa, e condenou a UNIÃO ao pagamento de honorários advocatícios no montante de R\$3.000,00, e deixando-a de condenar ao ressarcimento das custas judiciais. Na hipótese, a ação objetiva a extinção do crédito tributário de R\$ 9.658.754,24, correspondente à diferença entre o montante cobrado pela Fazenda Nacional e o 'quantum' fixado na condenação imposta ao Autor em decisão final na seara administrativa.

2. O Novo Código de Processo Civil, instituído pela Lei Federal nº 13.105/2015, modificou regras honorárias do Código anterior, vigente desde o ano de 1973. E apesar dessas mudanças instituídas estabelecerem percentuais na fixação dos honorários em causas que a Fazenda Pública figure como parte, a essência da equidade se manteve no Código. Assim, considerando que a condenação em honorários deve atender aos requisitos da natureza e importância da causa e o tempo despendido pelo advogado para realização dos seus serviços, tem-se que a demanda não apresentou grande complexidade, eis que a própria administração solucionou a questão antes do julgamento de mérito pelo Poder Judiciário, não sendo possível a aplicação dos percentuais definidos no art. 85, § 3º do Código de Processo Civil. Dessa forma, a

pretensão do Apelante, de fixar a verba honorária com base no valor da causa, de R\$ 9.658.754,24, levaria à uma condenação completamente desprovida de razoabilidade para retribuição do trabalho do causídico.

Assim – em situações como a apresentada nesta ação judicial – a rigidez do discurso normativo veiculado nas disposições do art. 85 e seus parágrafos deve ser moderado, sob pena de inversão da finalidade da lei.

3. Com efeito, no presente caso, a sentença extinguiu o processo judicial em razão da solução da lide na via administrativa, favorável ao contribuinte. Assim, pode-se concluir que o Demandante levou a discussão para a Justiça Federal, quando poderia tê-la resolvido na instância administrativa. Destarte, a fim de materializar o princípio da vedação do excesso, deve-se mitigar a regra do art. 85 do Código de Processo Civil em sua literalidade.

4. O Superior Tribunal de Justiça possui precedentes no sentido que a verba honorária pode ser arbitrada sem observância dos percentuais mínimos do Código de Processo Civil nas hipóteses em que o cálculo percentual com base no valor da verba honorária leve à condenações completamente desprovidas de razoabilidade para retribuição do trabalho do causídico. (AgInt no AREsp 712.970/AL, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 26/06/2018; AgRg no AgRg no REsp 1.412.653/CE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/05/2016, DJe 31/05/2016; REsp 1.506.837/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/10/2015, DJe 17/12/2015).

5. Portanto, o valor arbitrado a título de honorários advocatícios deve ser majorado para o montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com fundamento nos elementos contidos nos incisos I ao IV do § 2º do art. 85 do CPC/2015, eis que este valor mostra-se razoável e compatível com o trabalho desempenho pelo Advogado nos autos.

6. No tocante à condenação em custas judiciais, tem-se que em que pese o Juiz tenha julgado extinto o feito, sem julgamento de mérito, em virtude da solução da demanda na esfera administrativa, a perda superveniente de objeto não foi causada pelo Autor da ação, mas sim por ato praticado pela ré, que retificou no sistema da Receita Federal o valor do crédito tributário cobrado. Destarte, impende ressaltar que, à luz do princípio da causalidade, as custas e os honorários advocatícios devem ser suportados pela parte que deu causa à extinção do processo,

sem resolução de mérito, ou a quem seria perdedora se o magistrado julgasse o mérito da causa.

7. Portanto, considerando que, na hipótese dos autos, é incabível imputar a parte autora o ônus da sucumbência, pois, quando do ajuizamento da demanda, existia o legítimo interesse de agir, restavam configurados os requisitos indispensáveis à prestação jurisdicional de mérito e a extinção do processo, sem resolução de mérito, deu-se por motivos supervenientes que não lhe podem ser atribuídos. E, ainda, considerando o princípio da causalidade, tem-se que a UNIÃO deu causa ao ajuizamento da ação, sendo, portanto, devido o reembolso das custas judiciais.

8. Provido o recurso de Apelação interposto pela GUERINO MACANHAN FILHO" (fls. 688/689e).

Nas razões do Recurso Especial, aduz a parte recorrente que o acórdão recorrido teria violado o art. 85, §§ 3º, 5º, 6º e 8º, do CPC/2015. Argumenta, em breve síntese, o seguinte:

"(...) este e. Superior Tribunal já se pronunciou na direção de que nas demandas sob a vigência do Código de Processo Civil de 2015, o julgador tem a obrigação de se ater aos parâmetros do §3º do art. 85 deste Diploma Legal, afastando a aplicabilidade do § 8º do citado dispositivo" (fl. 711e).

Requer, ao final, "seja o presente recurso especial admitido e provido, a fim de se reformar o v. acórdão de fls. 688/689, garantindo, assim, a aplicação do art. 85, § 3º do Código de Processo Civil de 2015" (fl. 722e).

Contrarrazões às fls. 725/727e.

Recurso Especial inadmitido, com base na Súmula 7/STJ, o que ensejou a interposição de Agravo (fls. 739/767e).

Contraminuta às fls. 772/775e.

O recurso merece prosperar.

Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, **"na vigência do CPC/2015, a fixação dos honorários advocatícios com base na apreciação equitativa, prevista no § 8º, artigo 85, do aludido diploma legal, somente tem aplicação nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico, ou ainda, quando o valor da causa for muito baixo"** (STJ, AgInt no REsp 1.736.151/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 06/11/2018), hipóteses de que não cuidam os presentes autos.

A propósito:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. SERVIDORAS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ADMITIDAS A PARTIR DE 2003. DIFERENÇAS DE 24% DE REAJUSTE SALARIAL DECORRENTES DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI ESTADUAL N.º 1.206/87, NO PONTO EM QUE EXCLUIU OS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DE AUMENTO CONCEDIDO AOS DEMAIS SERVIDORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MANIFESTAÇÃO DESTA CORTE APENAS QUANDO FOR IRRISÓRIO OU EXCESSIVO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO.

I - O Superior Tribunal de Justiça só intervém no arbitramento da verba honorária em situações excepcionais, quando estabelecidos em afronta a texto legal ou ainda em montante manifestamente irrisório ou excessivo, sem que para isso se faça necessário o reexame de provas ou qualquer avaliação quanto ao mérito da causa.

II - **Na espécie, o acórdão recorrido expressamente fixou os honorários advocatícios de sucumbência à luz dos critérios estabelecidos no art. 85, § 8º, do CPC/15, observadas as diretrizes dos incisos do § 2º.** Nada obstante, assiste razão ao recorrente, haja vista ter havido negativa de vigência aos parágrafos 3º e 4º, inciso II, do artigo 85, uma vez que, nas causas em que a Fazenda Pública for parte, primeiramente devem ser aplicados os parágrafos 3º e 4º com seus respectivos incisos e, subsidiariamente o §8º, apenas quando o proveito econômico for irrisório, ou o valor da causa muito baixo.

III - Assim é, porque o inciso II, do §4º traz a solução, quando a Fazenda Pública for parte e não haja condenação principal ou não seja possível mensurar (estimar) o proveito econômico, determinando expressamente a utilização do valor atualizado da causa como base para aplicação dos percentuais previstos no § 3º, veja-se: "§ 3º Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: (...)§ 4º Em qualquer das hipóteses do § 3º: (...)

III - não havendo condenação principal ou não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, a condenação em honorários dar-se-á sobre o valor atualizado da causa".

IV - Neste caso, de rigor a reforma do acórdão, para adequar a fixação dos honorários ao que previsto expressamente no texto legal, não havendo necessidade de incursão na matéria fático-probatória.

Neste sentido: REsp 1179333/RS, Rel. Ministro MAURO

CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/04/2010, DJe 17/05/2010; REsp 531.136/SC, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 06/05/2004, DJ 02/08/2004, p. 503.

V - Correta, portanto, a decisão recorrida que deu provimento ao recurso especial, fixando os honorários de sucumbência, distribuídos *pro rata* entre os sucumbentes (art. 87 do CPC/2015), em dez por cento sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, §4º, II c/c §3,1 do CPC/2015.

VI - Agravo interno improvido" (STJ. AgInt no AREsp 1.232.624/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/05/2018).

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ACOLHIDA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. EXTINÇÃO EM RELAÇÃO A UM SÓCIO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROVEITO ECONÔMICO ESTIMÁVEL. LIMITES E CRITÉRIOS DOS §§ 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do artigo 85 do CPC/2015. APLICABILIDADE.

1. A controvérsia diz respeito a matéria inerente ao proveito econômico a ser considerado na fixação dos honorários advocatícios pelo acolhimento de Exceção de Pré-executividade.

2. **O artigo 85 do CPC/2015 estabelece que, nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2º e os percentuais delimitados no § 3º.** Assevera ainda o indigitado artigo em seu § 6º que os limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito.

3. No enfrentamento da matéria, o Tribunal de origem lançou os seguintes fundamentos (fls. 107-108, e-STJ, destaquei): "No presente caso, a quantificação dos honorários não tem relação direta com o valor da dívida, não se podendo utilizá-la como parâmetro para a condenação em honorários advocatícios. De fato, com relação à quantificação da verba honorária a cargo da União, o disposto no § 8º do artigo 85 do NCPC é de observância obrigatória.(...) Considerando que o § 8º do artigo 85 do NCPC remete aos parâmetros de seu parágrafo § 2º, tenho que, para a adequada mensuração dos honorários advocatícios, na presente hipótese, o proveito econômico

deve observar a circunstância de que a exceção de pré-executividade somente reconheceu questão meramente processual (ilegitimidade passiva). O direito de crédito da Fazenda Nacional não foi discutido em seu aspecto substancial. Desta forma, a dívida não foi extinta, nem a execução fiscal, portanto, o proveito econômico, não pode partir da análise simplista de corresponder à integralidade do valor exequendo. (...) Contudo, considerando-se o valor da causa (R\$ 2.477.191,60), em especial, o trabalho despendido pelo procurador, que teve de opor exceção de pré-executividade, com base na qual se extinguiu o feito em relação ao sócio/agravante, tenho que a verba honorária deve ser majorada para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), corrigida pelo IPCA-E".

4. Verifica-se que a fixação, pelo Tribunal de origem, do valor dos honorários por apreciação equitativa, conforme determinado no § 8º do artigo 85 do CPC/2015, mostra-se inadequada.

5. Esclareça-se que, na hipótese dos autos, não se pode falar em valor da causa muito baixo, tampouco em inestimável ou irrisório proveito econômico. Com efeito, o próprio acórdão objurgado reconheceu a existência de proveito econômico, todavia não o mensurou nos termos estabelecidos pelos §§ 3º, 4º e 5º do artigo 85 do CPC/2015. Precedentes: REsp 1.657.288/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 2/10/2017; REsp 1.671.930/SC, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 30/6/2017.

6. Agravo Interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.665.300/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017).

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. APRECIAÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES LEGAIS. NÃO OBSERVÂNCIA. VALOR IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O Tribunal Superior de Justiça tem afastado o óbice da Súmula nº 7/STJ, para rever a verba honorária arbitrada nas instâncias ordinárias, quando verifica que o julgador se distanciou dos critérios

legais e dos limites da razoabilidade para fixá-la em valor irrisório.

3. O § 8º do art. 85 do CPC/2015 se aplica somente quando o valor da causa é muito baixo e, além disso, seja irrisório ou inestimável o proveito econômico experimentado. Caso contrário, os honorários advocatícios devem ser arbitrados a partir do valor da causa ou do proveito econômico experimentado, com obediência aos limites impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015, os quais se aplicam, inclusive, nas decisões de improcedência e quando houver julgamento sem resolução do mérito.

4. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.187.650/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 30/04/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do Agravo para **dar provimento** ao Recurso Especial, de modo a determinar ao Tribunal de origem, a quem cabe a análise dos fatos e das circunstâncias da causa, a efetiva fixação do montante adequado dos honorários, na linha da jurisprudência colacionada.

I.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora